



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

RELAÇÃO DO ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP-RPPS) E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

SHAILA NAIARA VIEIRA MAIA / CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA**

SHAILA NAIARA VIEIRA MAIA

**Produto Técnico resultado da pesquisa
RELAÇÃO DO ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP-RPPS) E
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

**FORTALEZA
2025**

SHAILA NAIARA VIEIRA MAIA

RELAÇÃO DO ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP-RPPS) E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Produto Técnico resultante do Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como produção técnica da área de concentração de Gestão Organizacional.

Linha de Pesquisa: Controladoria, Contabilidade e Finanças

Orientador: Prof. Dr. Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano.

FORTALEZA
2025

Título: Relação do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil [Relatório Técnico Conclusivo]
Autores: Shaila Naiara Vieira Maia e Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano
Coordenação do Programa de Pós-Graduação: Alessandra Carvalho de Vasconcelos, Coordenadora do PPAC Profissional; Augusto César de Aquino Cabral, Vice coordenador do PPAC Profissional
Editor: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Edição Eletrônica: setembro de 2025
ISBN: 978-85-7485-567-7

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC)
Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria – PPAC Profissional
Av. da Universidade, 2431, Benfica, CEP 60020-180, Fortaleza-CE
Telefone: (85) 3366-7816
Endereço eletrônico: <https://ppacprof.ufc.br>

Resultado da pesquisa “Relação do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e Indicadores Socioeconômicos dos Municípios do Brasil”

Turma: MPAC/2023

Instituição contratante: IEL

Prezado Sra. Superintendente do IEL,

Apresentamos a seguir um Relatório Técnico referente à pesquisa realizada por **Shaila Naiara Vieira Maia**, sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano no período de “2023 a 2025”, no âmbito do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará.

Estamos certos de que este trabalho constitui um relevante instrumento para melhorias das ações empreendidas pelo IEL junto a suas instituições parceiras.

Atenciosamente,

Shaila Naiara Vieira Maia, Me. em Administração e Controladoria (UFC)
Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano, Dr. em Educação Brasileira (UFC)

DETALHAMENTO DO RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnológicos:

- ☒ Relatório técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado

Finalidade:

Analisar a gestão municipal dos RPPS a partir do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e os indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil que possuem RPPS.

Impacto – Nível:

- ☒ Médio

Impacto – Demanda:

- ☒ Espontânea

Impacto – Objetivo da Pesquisa:

- ☒ Solução de um problema previamente identificado

Impacto - Área impactada pela produção:

- ☒ Econômico

Impacto – Tipo:

- ☒ Potencial

Descrição do tipo de Impacto:

Disseminação de práticas que potencializem a gestão organizacional.

Replicabilidade:

- ☒ Sim

Abrangência Territorial:

- ☒ Nacional

Complexidade

- ☒ Média

Inovação:

- ☒ Baixo teor inovativo

Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:

- ☒ Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas

Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição:

- ☒ Não

Houve fomento?

- ☒ Cooperação

Há registro/depósito de propriedade intelectual?

- ☒ Não

Há transferência de tecnologia/conhecimento?

- ☒ Não

ISBN: 978-85-7485-567-7

1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A Constituição Federal (CF) de 1988 determinou os parâmetros atualmente conhecidos da Seguridade Social, compreendida como um conjunto de ações integradas que compõem uma rede de proteção social composta pelo tripé da Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Além de moldar as principais características da seguridade social atual, a CF de 1988 possibilitou uma série de liberdades aos entes federativos, principalmente no âmbito municipal (Leão *et al*, 2020).

Este traz ainda que a municipalização transferiu autonomia para os entes no tocante ao autogoverno, auto-organização, autoadministração e a capacidade normativa própria. Dentre estas, está a possibilidade de criação dos Regimes Próprios de Previdência Social, os RPPS, justificada pela vantagem da proximidade entre os atores envolvidos, gestor municipal e sociedade local, o que permitiria maior assertividade quanto ao rumo tomado da gestão pública, uma vez que o gestor público é um representante escolhido pelo cidadão.

Com o passar do tempo, as mudanças sociais sofridas pelo desenvolvimento da sociedade passaram a gerar preocupações com o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes de previdência ao redor do mundo.

Do ponto de vista econômico, a necessidade de reformas nos regimes de previdência tem sido amplamente discutida, principalmente no contexto das mudanças demográficas e da pressão sobre as finanças públicas (Neris, 2021). Segundo Reis e Casagrande (2023), o equilíbrio atuarial e financeiro dos RPPS é crucial para a saúde fiscal dos entes federados, pois déficits nesse regime podem levar a pressões sobre o orçamento público, comprometendo a capacidade de investimento e a oferta de serviços públicos.

As reformas são essenciais para evitar a deterioração dos RPPS, garantindo que possam continuar cumprindo seu papel sem comprometer o equilíbrio fiscal dos entes federados (Quintanilha; Profeta; Méria, 2019; Reis; Casagrande, 2023). Apesar disso, de acordo com o Banco Mundial (2022), entre 2010 e 2020, houve cerca de 291 reformas na América Latina com o objetivo de resolver lacunas na cobertura de benefícios previdenciários e aliviar a pressão fiscal que o sistema provoca no orçamento público, porém, muitas delas não apresentaram o efeito desejado.

Como consequências às falhas de um sistema previdenciário ineficiente, insustentável e frágil estão: i) o déficit fiscal; ii) a pressão por reformas estruturais; iii) o risco ao colapso financeiro; iv) a fragilidade na economia local; além da v) limitação da capacidade de investimento e implementação de políticas públicas efetivas por parte da gestão pública (Quintanilha; Profeta Méria, 2019; Braga *et al.*, 2020; Reis; Casagrande, 2023), afetando, assim, não somente os beneficiários diretos, mas a sociedade como um todo.

Tal situação é potencializada pelos 889 RPPS, dos 2.111, que apresentam classificação “C” no Indicador de suficiência financeira, conforme Secretaria de Previdência (Brasil, 2024), representando quase 40% de RPPS que possuem receitas previdenciárias insuficientes para cobrir as despesas previdenciárias previstas (Brasil, 2024).

Conforme abordado por Mercês e Freire (2017), muitos estados encontram-se em situação delicada quanto à insolvência, em um contexto agravado pelo descumprimento dos

limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Tais descumprimentos colocam em risco a sociedade e as próprias instituições, com fechamento de empresas, redução de empregos e queda da arrecadação de impostos, receitas do governo utilizadas para aplicação e desenvolvimento de políticas de bem estar social.

Em escala ainda maior, alguns países já sinalizam problemas no gerenciamento dos seus sistemas previdenciários, como é o caso da Grécia, que relutou em implementar reformas consideradas profundas, sendo posteriormente obrigada a adotar medidas de ajuste mais severas (Costanzi; Ansiliero; Paiva, 2016).

Como apontam Anfip (2019) e Nogueira (2012), é responsabilidade dos entes públicos – União, estados e municípios – garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, mesmo quando os RPPS não conseguem manter o equilíbrio financeiro, ou seja, uma relação positiva entre receitas e despesas que assegure recursos suficientes para custear os benefícios de acordo com o parágrafo único, do artigo 8º, na Lei 10.887/04. Diante disso, observa-se a intensificação da pressão fiscal e financeira sobre os orçamentos públicos.

Assim, sendo os recursos dos orçamentos municipais provenientes de transferências da União, repasses estaduais e de atividades econômicas locais (Marconato; Parré; Coelho, 2021), em caso de colapso dos RPPS, faz-se necessária a intervenção da gestão municipal para alocar recursos do orçamento público para honrar os pagamentos dos benefícios. Com o comprometimento da verba municipal destinado à previdência, as políticas públicas das demais áreas sociais perdem espaço e podem ser descontinuadas, impactando na qualidade de vida da sociedade e, conseqüentemente, nos indicadores socioeconômicos relacionados.

Em alinhamento ao contexto exposto, o presente Produto Técnico, estruturado na forma de relatório conclusivo de pesquisa, é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria. Vincula-se à pesquisa que teve como objetivo geral analisar a gestão municipal dos RPPS a partir do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e os indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil que possuem RPPS. Para isso, tem-se como objetivos específicos:

- a) identificar performance histórica de desempenho do ISP-RPPS dos municípios estudados no período de 2019 a 2024;
- b) verificar discrepâncias dos ISP-RPPS e indicadores socioeconômicos entre regiões brasileiras;
- c) observar o comportamento dos resultados encontrados por região geográfica e porte.

Do ponto de vista econômico, a década de 1980 marcou uma intensa crise econômica brasileira, bem como um processo de retomada do Estado democrático, além da pressão sobre os sistemas de previdência social a nível mundial em decorrência de fatores como a mudança de padrões demográficos, a redução significativa da natalidade, o aumento das expectativas de sobrevivência e a necessidade de competitividade das economias tendo em vista a globalização cada vez mais forte (Braga *et al.*, 2020).

Desse modo, o estudo busca analisar possíveis comportamentos dos Índice de Situação Previdenciária – ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos que podem ser reflexos da gestão dos municípios brasileiros para ajudar a elucidar questões do setor e fundamentar futuras ações no tocante à gestão pública municipal com relação à previdência social.

O estudo realizado caracteriza-se como quantitativo e descritivo, tendo sido realizado mediante coleta de dados dos relatórios de Resultados Anuais de ISP-RPPS de 2019 a 2024, disponibilizados no site da Secretaria de Previdência, e dos indicadores socioeconômicos, publicados no site do IBGE.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados o perfil dos municípios, dos indicadores socioeconômicos e a composição dos segurados, bem como os resultados encontrados em alinhamento aos objetivos propostos.

2.1 Perfil dos municípios

O perfil dos municípios encontrado mostrou que os estados com maior proporção de municípios com RPPS foram Rio de Janeiro (85,9%), Pernambuco (80,4%), Mato Grosso (74,6%), Goiás (68,7%) e Alagoas (70,6%). Com relação às regiões, a região com maior número de municípios com RPPS é o Sul (27,3%), Sudeste (26,1%), Nordeste (25,7%), Centro Oeste (15,4%) e a menor é o Norte (5,4%). Entre os municípios, viu-se que todas as capitais brasileiras possuem RPPS instituído.

De acordo com o porte, observou-se que a maioria são municípios de pequeno porte (49,5%), enquanto os de médio porte (44,7%) vem logo em seguida e, por fim, os de grande porte (5%). No tocante à maturidade, conceito trazido pela Secretaria de Previdência para estabelecer a razão do número de ativos sob o de aposentados e pensionistas, observou-se que 53,5% dos RPPS apresentam menor maturidade, enquanto que 45,7% apresentaram maior maturidade.

2.2 Indicadores socioeconômicos

Com relação aos indicadores socioeconômicos, percebeu-se que o IDHM e o salário médio foram significativamente superiores nas capitais. Além disso, viu-se que os três indicadores socioeconômicos mostraram associação significativa com o porte do município. Nos municípios de maior maturidade, observou-se menor PIB *per capita* e menor salário médio.

Tabela 1 – Performance dos indicadores socioeconômicos por região

	IDHM	PIB <i>per capita</i>	Salário médio
Norte	0.63 (0.07)	24259.96 (13717.88)	2.04 (0.46)
Nordeste	0.60 (0.08)	13496.69 (18565.85)	1.76 (0.38)
Centro Oeste	0.69 (0.04)	52172.03 (42532.86)	2.20 (0.47)
Sudeste	0.72 (0.05)	44488.73 (52627.53)	2.20 (0.55)
Sul	0.72 (0.04)	52501.76 (36501.57)	2.31 (0.38)

Valor	<0,001	<0,001	<0,001
--------------	------------------	------------------	------------------

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Adicionalmente, municípios das regiões Sudeste e Sul apresentaram os melhores indicadores socioeconômicos.

2.3 A composição dos segurados

Conforma esperado, o número médio de ativos, aposentados e pensionistas nas capitais foi significativamente superior aos demais municípios. Com relação à maturidade, o número médio de aposentados e pensionistas foi significativamente superior nos municípios com maior maturidade (Tabela 2).

Tabela 2 – Composição dos segurados de acordo com a região

Região	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Total
Norte	1544.48 (3115.15)	273.65 (754.52)	89.91 (264.70)	1908.04 (4079.12)
Nordeste	975.59 (2095.16)	355.37 (981.01)	81.25 (280.92)	1412.21 (3299.42)
Centro Oeste	785.66 (2077.03)	221.48 (698.96)	50.83 (145.23)	1057.97 (2904.26)
Sudeste	2024.81 (6512.40)	905.66 (5218.99)	218.32 (1263.22)	3148.78 (12893.22)
Sul	827.09 (1820.30)	331.70 (1026.58)	68.31 (236.85)	1227.09 (3007.62)
p-Valor	<0,001	0,001	0,001	<0,001

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Sobre as regiões, o Sudeste apresentou número médio superior de ativos, aposentados e pensionistas que as demais regiões.

2.4 ISP-RPPS

Nos períodos analisados, predominaram os municípios com ISP-RPPS classificados como categoria D, seguido da categoria C. Os municípios classificados como categoria D oscilaram entre 45,3% e 46,7% nos anos de 2019 a 2021 e os municípios categoria C oscilaram entre 30,2% e 31,3% nesse mesmo período. Nos anos de 2022 a 2024, os municípios categoria D mostraram uma frequência de 19,8% a 39,9% e os municípios categoria C entre 31,5% e 41,7%, um aumento significativo na frequência de municípios categoria C e redução significativa dos municípios categoria D entre os dois triênios. Os municípios com resultados B apresentaram aumento significativo no triênio 2022-2024, atingindo 36,1% no ano de 2024. Da mesma forma os municípios categoria A apresentaram aumento significativo no triênio 2022-2024, atingindo 2,5% no mesmo ano.

Com relação à composição dos segurados ao longo dos anos analisados, o número médio de ativos foi significativamente maior nos RPPS que obtiveram conceito A que nos demais municípios nos anos de 2019, 2020, 2022, 2023 e 2024 (Tabela 3).

Tabela 3 – Composição dos resultados do ISP-RPPS por ano

Ano / ISP-RPPS	A	B	C	D	Não avaliados
2019	11 (0,5%)	450 (21,5%)	656 (31,3%)	980 (46,7%)*	14
2020	9 (0,4%)	553 (26,2%)	640 (30,4%)	906 (43,0%)*	3
2021	15 (0,7%)	503 (23,9%)	636 (30,2%)	955 (45,3%)*	2
2022	23 (1,1%)	542 (25,7%)	704 (33,4%)*	841 (39,9%)	1
2023	30 (1,4%)	619 (29,3%)	666 (31,5%)*	796 (37,7%)	0
2024	52 (2,5%)*	762 (36,1%)*	880 (41,7%)*	417 (19,8%)	0
P-Valor	<0,001				

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No tocante aos indicadores socioeconômicos, observou-se que todos – o IDHM, o PIB per capita e o salário médio – foram diretamente proporcionais à qualidade do ISP-RPPS em todos os períodos avaliados. Em todos os períodos, o IDHM, o PIB per capita e o salário médio foram diretamente correlacionados com o ISP-RPPS ($p < 0,001$) (Tabela 4).

Tabela 16 – Relação entre ISP-RPPS e indicadores sociodemográficos

	ISP-RPPS				p-Valor
	A	B	C	D	
ISP 2019					
IDHM	0,78 (0,04)	0,72 (0,05)	0,70 (0,06)	0,65 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	76401,86 (38078,41)	53445,67 (46654,26)	46911,61 (45890,93)	26057,67 (30235,09)	<0,001
Salário médio	2,69 (0,38)	2,35 (0,47)	2,21 (0,48)	1,93 (0,45)	<0,001
ISP 2020					
IDHM	0,78 (0,03)	0,72 (0,05)	0,70 (0,07)	0,64 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	94084,78 (59793,91)	54159,83 (46742,39)	44464,76 (41712,80)	24937,77 (32288,39)	<0,001
Salário médio	3,02 (0,60)	2,36 (0,49)	2,17 (0,48)	1,91 (0,42)	<0,001
ISP 2021					
IDHM	0,77 (0,03)	0,72 (0,05)	0,70 (0,07)	0,64 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	64375,98 (24531,24)	55860,70 (47552,08)	41881,85 (37191,82)	27397,44 (37404,52)	<0,001
Salário médio	2,63 (0,37)	2,37 (0,50)	2,17 (0,44)	1,93 (0,46)	<0,001
ISP 2022					
IDHM	0,76 (0,04)	0,71 (0,05)	0,69 (0,07)	0,64 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	92946,96 (81069,06)	54409,66 (49116,52)	40583,39 (41784,92)	25801,01 (27214,49)	<0,001

Salário médio	2,73 (0,60)	2,35 (0,49)	2,13 (0,47)	1,92 (0,44)	<0,001
ISP 2023					
IDHM	0,75 (0,05)	0,71 (0,05)	0,68 (0,07)	0,65 (0,09)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	68187,38 (69865,71)	54894,90 (50878,60)	38731,37 (39655,80)	25240,35 (25672,63)	<0,001
Salário médio	2,53 (0,53)	2,32 (0,47)	2,13 (0,50)	1,91 (0,44)	<0,001
ISP 2024					
IDHM	0,74 (0,05)	0,71 (0,05)	0,67 (0,08)	0,63 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	66589,93 (64944,93)	52283,05 (48796,55)	32674,14 (32648,33)	23636,39 (29904,81)	<0,001
Salário médio	2,56 (0,70)	2,29 (0,47)	2,05 (0,48)	1,85 (0,37)	<0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os valores dos coeficientes de correlação foram todos positivos e classificados como moderados, entre 0,200 e 0,400. Os menores coeficientes de correlação foram entre o ISP-RPPS e o PIB per capita e os maiores valores foram entre o ISP-RPPS e o IDHM.

Além disso, houve correlação inversa dos ISP-RPPS em 2020 e 2021 com a região Centro Oeste ($p < 0,001$) e, em 2020, com a região Sudeste ($p < 0,001$). A partir de 2020, a região Sul foi correlacionada positivamente com o ISP ($p < 0,001$).

Com relação às regiões, viu-se correlação entre os bons resultados do ISP-RPPS e a região Sul, já as regiões Norte e Nordeste mostraram uma correlação inversa. Coincidentemente, as regiões Norte e Nordeste também apresentaram piores indicadores socioeconômicos em comparação com as demais regiões.

Na análise multivariada dos indicadores socioeconômicos, o IDHM e o salário médio foram positivamente associados com o ISP-RPPS em todos os períodos, e o PIB per capita se mostrou positivamente determinante a partir de 2022.

Em resumo, a análise multivariada demonstrou que todos os indicadores socioeconômicos são fortemente entrelaçados ao resultado do ISP-RPPS e independentes entre eles. Os coeficientes de colinearidade são fracos, mas ressalta-se que o IDH-M apresentou os maiores valores demonstrando que o índice de desenvolvimento humano e a qualidade dos RPPS são diretamente associados.

Ao realizar a análise de clusters, foi-se encontrado como solução dois grupos distintos, um composto com 26 municípios e outro com 1.104. As variáveis utilizadas para a clusterização hierárquica foram: número de servidores ativos, aposentados e pensionistas, total de segurados, IDHM, PIB per capita e salário médio.

O perfil encontrado no cluster 2 releva predominância de municípios da região Sudeste e com menor maturidade previdenciária para apresentação de bons resultados de ISP-RPPS. O p-valor 0,014 indica que há diferença estatística entre a distribuição por região dos dois clusters, bem como o p-valor 0,001 releva diferença significativa no grau de maturidade entre os clusters. Conforme observou-se, o perfil encontrado no cluster 2 não respondeu de forma satisfatória a um grupo padrão de municípios com características semelhantes o suficiente para

representar os RPPS do país, uma vez que o Brasil é um país heterogêneo de dimensões continentais e difícil de concatenar características semelhantes com poucas variáveis de estudo.

3. CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, diversos problemas colocaram em xeque o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário brasileiro. Entendendo que os recursos financeiros disponíveis pelos órgãos públicos são limitados e precisam responder a um fim coletivo, são utilizados indicadores de diversas naturezas para ajudar a avaliar a qualidade das ações governamentais e as políticas públicas em curso.

O presente estudo buscou analisar a gestão municipal dos RPPS a partir do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e os indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil que possuem RPPS.

Com relação ao objetivo específico que se propõe a identificar performance histórica de desempenho do ISP-RPPS dos municípios estudados no período de 2019 à 2024, observou-se que aproximadamente 20% dos municípios brasileiros ainda possuem classificação “D”, apesar de haver melhoras significativas nos resultados ao longo do período estudado. A adequação dos municípios ao indicador de avaliação é um importante indicador dessa melhora.

Sobre o objetivo específico que buscou verificar discrepâncias dos ISP-RPPS e indicadores socioeconômicos entre regiões brasileiras, as capitais brasileiras apresentaram melhores resultados de ISP-RPPS, bem como indicadores socioeconômicos, sendo IDHM, PIB per capita e salário médio. Dessa forma, municípios com maior número de ativos e melhores índices de desenvolvimento possuem maior arrecadação previdenciária melhorando significativamente os resultados de ISP-RPP.

Para o objetivo específico de observar o comportamento dos resultados encontrados por região geográfica e porte, viu-se que o Norte e Nordeste apresentaram piores desempenhos do ISP-RPPS, além de alta maturidade e municípios com menor porte. Resultados mostraram que as regiões mais desenvolvidas apresentam melhores desempenhos do ISP-RPPS.

Os resultados do estudo sugerem a realização de estudo de coortes mais longos e que correlacionem os indicadores socioeconômicos de cada ano de acordo com o seu respectivo ISP-RPPS, bem como a utilização de outros indicadores que possam aprofundar o conhecimento da relação da gestão pública previdenciária e o bem estar social. Dessa forma, poderá ser estabelecida uma relação de causa-efeito sólida entre os indicadores.

Este estudo e a análise desenvolvida dos indicadores pode fomentar importantes políticas públicas voltadas a melhoria dos ISP-RPPS. A partir da identificação de fatores que possam melhorar os índices socioeconômicos de um município, é possível que o excedente de recursos municipais possa ser empregado para gestão de seus regimes de previdência. No entanto, é necessário que os municípios com os piores escores de ISP-RPPS passem por um processo de sensibilização do uso desses recursos cm esse fim. Este estudo permitiu de forma inédita a identificação do perfil de municípios que precisam desse suporte, contribuindo para políticas direcionadas que possam realizar esse suporte de forma otimizada

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). Apresentação. *In: FRANÇA, Álvaro Solón de et al. A Previdência social e a economia dos municípios*. Brasília: Anfip, 2019. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/publicacoes/a-previdencia-social-e-a-economia-dos-municipios-2/>. Acesso em: maio de 2025.

BANCO MUNDIAL. **Charting a course towards universal social protection: Resilience, Equity, and Opportunity for All**. Word Bank Group. Washington, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/38031>. Acesso em maio de 2025.

BRAGA, C.; DOS SANTOS, G. P.; DE ARAUJO, L. R. P.; DE CASTRO, M. I. F. Regime Próprio de Previdência Social: evolução normativa no Brasil e no Ceará. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v.10, n.25, p.112-142, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Presidente da República. Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 nov. 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil. Coordenação de População e Indicadores Sociais**. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283097>. Acesso em 20 de junho de 2021.

_____. **Nota Técnica SEI nº 1/2017/CODAE/CGACI/SRPPS/SPREV/MF**. Site da previdência. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria.>>. Acesso em 12 out. 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria/arquivos/2020/indicador-de-situacao-previdenciaria-isp-2019-20200729.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/indicador-de-situacao-previdenciaria/arquivos/2020/IndicadordeSituaoPrevidenciariaISP2020REEDIO20201216.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria/ISP2021RelatriodoIndicadordeSituaoPrevidenciaria20211209.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2022. Disponível em: <[https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria/ISP 2022Relatrio do Indicador de Situao Previdenciria.pdf](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria/ISP%2022Relatrio%20do%20Indicador%20de%20Situao%20Previdenciria.pdf)>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2023. Disponível em: <[https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/documentos/ISP 2023 Resultado Final.xlsx](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/documentos/ISP%2023%20Resultado%20Final.xlsx)>. Acesso em 03 de outubro de 2024.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2024. Disponível em: <[https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/ISP 2024 Relatrio ndice de Situao Previdenciria Revisado 29 11 2024.pdf](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/ISP%2024%20Relatrio%20ndice%20de%20Situao%20Previdenciria%20Revisado%2029%2011%202024.pdf)>. Acesso em 03 de dezembro de 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Fecundidade e migração: Resultados preliminares da amostra**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 06 de agosto de 2025.

COSTANZI, R. N., ANSILIERO, G., PAIVA, L. H. Os mitos previdenciários no Brasil. **Informações Fipe**, n. 430, p. 8-13, 2016.

ÍNDICE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM). **Nações Unidas: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**, 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acessado em maio/2025.

LEÃO, L.; RIBEIRO, H. M. D.; BASTOS, S. Q. D. A.; HERMETO, A. M. Indicador de desenvolvimento institucional municipal: impactos sobre a economia dos municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.50, n.4, p.733-766, 2020.

MARCONATO, M.; COELHO, M. H. O IDHM dos municípios brasileiros sob a perspectiva da análise exploratória de dados espaciais. **Economia & Região**, v. 7, n. 2, p. 49-68, 2019.

MERCÊS, G.; FREIRE, N. Crise fiscal dos estados e o caso do Rio de Janeiro. **Geo Uerj**, n. 31, p. 64-80, 2017.

NERIS, L. G. D. Regime de previdência complementar do servidor público federal e a possibilidade de conservação do regime jurídico anterior. **Revista Avant**, v.5, n.2, 2021.

NOGUEIRA, N. G. **O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de Estado**. Ministério da Previdência Social. Brasília, 2012.

QUINTANILHA, D. F.; PROFETA, G. A.; MÉRIDA, S. M. A.. Análise do saldo do Regime Geral da Previdência Social no Brasil: afinal, existe déficit ou superávit? **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista/BA, v. 16, n. 27, p. 1-20, jan./jun. 2019.

REIS, A. K. M. dos; CASAGRANDA, Y. G. A previdência social brasileira e a sustentabilidade financeira dos seus regimes: sistematização da teoria. **Revista Gestão em Análise**, v.12, n.2, p.67-84, 2023.

SOUZA, S. de C. I. de; ALMEIDA, C.; GOMES, M. R. Efeitos da segmentação regional nos salários dos trabalhadores do Nordeste e Sudeste do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v.23, n.4, p.1051–1067, 2022.